

## ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Bárbara Flôr Rimolo de Menezes<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo objetiva definir ecoturismo e discutir suas consequências tanto negativas como positivas, com enfoque no ecoturismo nas unidades de conservação. Além disso, o artigo contextualiza a criação das UCs e sua situação atual frente ao turismo. Torna-se evidente de que o ecoturismo por ocorrer na natureza gera impactos negativos, no entanto os benefícios criados fazem repensar o papel que o segmento tem nas UCs brasileiras. A falta de valorização das unidades de conservação constitui o principal entrave para desenvolvimento desse ramo turístico no país, que pode, dentre outras coisas, fomentar a consciência ecológica da sociedade e fornecer sustentabilidade financeira a essas áreas.

**Palavras-Chave:** Ecoturismo, unidades de conservação, consequências

### ABSTRACT

The present article has the goal to define ecotourism and debate its consequences, even negative or positive, especially the ecotourism in protected areas. Beyond that, the article contextualize the creation of protected areas and its present situation related to tourism. It becomes evident that the ecotourism, as happens at nature, creates negative impacts, however, the benefits end up questioning the importance given to the field in Brazilian protected areas. The lack of appreciation given to protected areas becomes the main obstacle to the development of this touristic field, which can encourage ecological conscious in society and provide financial sustainability to these areas, among other things.

**Keywords:** Ecotourism, protected areas, consequences

### INTRODUÇÃO

A Sociedade Internacional de Ecoturismo estabelece turismo de natureza como turismo em contato com a natureza. Dentro dessa categoria, encontra-se o ecoturismo ou turismo ecológico - viagem responsável para áreas naturais que conservam o meio ambiente, mantém o bem-estar da comunidade local e que envolve interpretação e educação (TIES, 2015, tradução nossa). Já o Ministério do Turismo define ecoturismo como “o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.” (MMA, 1994, p.19).

O turismo associado à preservação da natureza de uma forma geral surgiu da necessidade de se tornar essa atividade econômica, antes considerada como “indústria sem chaminés”, sustentável. O segmento eco turístico é recente, datando da década de 1980 os

---

<sup>1</sup> Graduanda em Engenharia de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente na Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: [barbaraf2005@hotmail.com](mailto:barbaraf2005@hotmail.com)

primeiros estudos no Brasil. (MINISTÉRIO DO TURISMO – M.TUR, 2010). Já o conceito de turismo sustentável é definido como uma postura de preservação social, ambiental, econômica e cultural associada a qualquer atividade turística:

“Turismo Sustentável é o que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro. Contempla a gestão dos recursos econômicos, sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida” (OMT, 1999 apud M.TUR, 2010, p.20).

Os impactos ambientais negativos do turismo seriam: contaminação da água próxima a hotéis devido a gestão inadequada de resíduos e efluentes, poluição do ar através da grande quantidade de carros e também aviões, poluição acústica, poluição visual impedindo vista de paisagens (presença de construções), sujeira do ambiente, danos ecológicos em áreas de vida silvestre devido à presença excessiva de turistas, danos a sítios arqueológicos e históricos, riscos ambientais como erosão, deslizamento de terra derivados do planejamento inadequado de construções turísticas, etc. (M.TUR, 2006).

Apesar de seus impactos negativos, quando gerido de forma sustentável, o turismo pode trazer diversos benefícios até mesmo para a área natural. Segundo Bodstein (1962, apud RUSCHMANN, 1993), o turismo ecológico seria o elo entre o desenvolvimento econômico e a volta harmônica ao convívio com a natureza, através da educação ambiental, que o homem moderno necessita.

No presente trabalho, foi realizada uma consulta à literatura que aborda o tema ecoturismo e especialmente o ecoturismo nas unidades de conservação (UCs). O objetivo é abordar de forma geral e concisa o tema de forma a tornar o assunto mais acessível.

## **ECOTURISMO: UMA ABORDAGEM GERAL**

A estruturação do segmento ecoturístico baseia-se não só no comportamento do turista, mas também na fase prévia, de edificação do espaço a ser visitado e sua organização. O local deve possuir um conjunto de medidas que conciliem conservação, preservação, manejo e recuperação com outras atividades. As construções devem ressaltar a cultura local e fortalecer a identidade local sem infringir o meio ambiente. É necessário também, a promoção de informações (história, significado) acerca do ambiente natural e sua cultura, conhecido como interpretação ambiental. Outro ponto importante é a educação ambiental, que visa criar consciência sustentável, além do fluxo de visitantes que deve ser estabelecido para minimizar impactos (M.TUR, 2010).

São comuns no ecoturismo atividades como: observação da fauna, observação da flora, observação de formações geológicas, observação astronômica, espeleoturismo, caminhadas, safáris fotográficos, trilhas interpretativas, mergulho livre etc. (M.TUR, 2010). O caderno de

orientações básicas sobre ecoturismo (2010)<sup>2</sup> ressalta ainda que diversas atividades de outros ramos turísticos podem ser exercidas dentro do ecoturismo, como visitas a comunidades anfitriãs, visita a sítios arqueológicos, acampamentos dentre outros.

Quando a atividade não atinge cem por cento dos seus objetivos, acaba gerando impactos específicos da vivência na natureza: acúmulo de lixo em trilhas, montanhas, praias; poluição sonora devido aos motores dos barcos; coleta e quebra de corais no mar assim como de vegetação nas margens das trilhas; pinturas nas rochas e dentro de cavernas; alargamento das trilhas e pisoteio da vegetação; ruídos que provocam a fuga dos animais dos seus ninhos e refúgios; alimentação de animais mais dóceis (o que pode implicar em doenças ou morte); caça e pesca ilegais; incêndios em áreas secas provocadas por fogueiras ou faíscas de isqueiros, etc. Existem ainda as consequências do contato sociocultural: descaracterização da cultura local, porque seus costumes acabam virando shows e atrações; aumento de preços das mercadorias e terrenos; movimento migratório impulsionado pela busca de empregos, promovendo excesso de mão-de-obra e falta de moradia no centro turístico dentre outros. (RUSCHMANN, 1993).

Por outro lado, existem também os benefícios, motivo pelo qual o ramo começou a se expandir. Do primeiro ponto de vista, a educação ambiental promovida é altamente benéfica; há também o desenvolvimento do “orgulho étnico” das comunidades locais e o desenvolvimento de serviços para os turistas, que acaba por beneficiar a comunidade local. Do segundo ponto de vista, o grande benefício seria a criação de áreas, programas e entidades (governamentais ou não) de proteção a fauna e flora (RUSCHMANN, 1993). Nesse contexto, as unidades de conservação se inserem.

## **BREVE HISTÓRICO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

### **Contexto internacional**

A primeira unidade de conservação oficialmente criada, dentro de uma proposta preservacionista, foi o Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos. Antes disso, na Idade Média, existiam “áreas protegidas” onde era permitido apenas a prática da caça pela aristocracia; segundo Morsello (2001 apud MACIEL, 2011), existem ainda outros registros, como os assírios, por exemplo, que estabeleciam reservas ou os incas, que estabeleciam limites físicos e sazonais as caças.

O termo “parque nacional” passou a ser disseminado e com o tempo foram surgindo outros ao redor do mundo, também com intuito preservacionista. Em 1898, no entanto, surge na África do Sul, o National Kruger Park, que tinha como objetivo proteger espécies ameaçadas pelo desenvolvimento econômico. A partir desse momento, as áreas protegidas passaram a ter fins diversificados (MILANO, 2002 apud MACIEL, 2011).

---

<sup>2</sup> Disponível em <  
[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Ecoturismo\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)> Acesso:15/05/2015

Em 1933, ocorre em Londres, a Convenção para a Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural, que definiu um conceito básico para parque nacional. Em 1948, a União Internacional para Proteção da Natureza (UIPN) foi fundada num congresso da UNESCO “com o objetivo de promover ações com bases científicas que pudessem garantir a perpetuidade dos recursos naturais para o bem-estar econômico e social da humanidade”; em 1965 passou a se chamar União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), para dar destaque a conservação dos habitats. (BRITO, 2003 apud MACIEL, 2011). Até hoje, a UICN é o órgão internacional à frente das áreas protegidas, assessorando países em suas construções e definindo conceitos. (MILANO, 2001 apud MACIEL, 2011).

### **Contexto brasileiro**

O primeiro parque nacional brasileiro foi o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, apesar de outras iniciativas no passado, como em 1876, quando André Rebouças propôs a criação do Parque Nacional das Sete Quedas e do Parque da Ilha do Bananal motivado pela criação de Yellowstone. (BRITO, 2003 apud MACIEL, 2011).

Em 1934, o Código Florestal definiu Parques Nacionais. Em 1944, o Serviço Florestal se torna responsável por “orientar, fiscalizar, coordenar e elaborar programas de trabalho para os parques”. As áreas protegidas avançam vagarosamente com a criação de três parques em da década de 1930 e depois em 1950. Em 1967, é criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que se torna responsável pelas unidades de conservação. Em 1979, o IBDF elabora o Plano de Sistemas de Unidades de Conservação no Brasil, que tinha como objetivo estudar áreas para implantação de novas unidades de conservação e repensar os tipos de unidades existentes (BATARCE, 2010).

Em 1992, é enviado ao Congresso uma nova proposta, conhecida como Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), reformulada pelo IBAMA (criado em 1989 e a quem coube a administração das UCs) em parceria com a Funatura (ONG), a partir do plano de 1979. Somente em 2000 o SNUC é aprovado como lei vigorando até hoje (BATARCE, 2010). Atualmente, no Brasil, existem 954 unidades de conservação federais, 781 estaduais e 205 municipais de acordo com o Cadastro Nacional das Unidades de Conservação do MMA (atualizado em 17/02/2015)<sup>3</sup> e são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio)<sup>4</sup>. Encontram-se divididas em dois grupos e doze categorias:

Unidades de proteção integral – garantem “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais” (BRASIL, 2000).

Categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

<sup>3</sup> Disponível em < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/dados-consolidados> > Acesso: 21/05/2015

<sup>4</sup> Disponível em < <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html> > Acesso: 18/05/2015

Unidades de uso sustentável - garantem “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável”

Categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

## ECOTURISMO NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Apesar de as UCs terem como objetivo principal a preservação da natureza, elas possuem objetivos específicos de acordo com sua categorização. Dessa forma, nem todas permitem a visitação; as categorias que permitem são: Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Apesar disso, em muitas delas, a visitação pode ou não ser estabelecida pelo Plano de Manejo (BRASIL, 2000).

SNUC estabelece como um dos objetivos das unidades de conservação “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000, capítulo 2, artigo 4<sup>o</sup>, parágrafo XII). “Por concentrar uma grande diversidade de recursos, as áreas protegidas representam um grande atrativo para os ecoturistas”, o que as torna altamente favoráveis para a atividade (M.TUR, 2010, p. 52). Além da importância da criação de uma consciência ecológica, a atividade também influencia diretamente sobre a sustentabilidade financeira das UCs.

Desde 2007, quando foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o orçamento destinado às UCs passou a ser à parte do orçamento para outras questões ambientais (associadas ao IBAMA), o que permitiu maior clareza no dinheiro destinado às unidades e, conseqüentemente, sua melhor gestão. O orçamento das UCs para pagamento de pessoal empregado, investimento ou manejo pode vir de verba federal (ICMBio, Ibama, MMA, Serviço Florestal Brasileiro); compensação ambiental – ressarcimento de áreas protegidas que sofreram impactos de empreendimentos ao redor; financiamentos internacionais – através do Fundo para Conservação da Mata Atlântica (AFCof) ou Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA); concessão de serviços em UCs (restaurantes, trilhas); uso da imagem; doação direta; conversão de multas e a Visitação. (MMA, 2009).

O turismo gera uma renda considerável para as áreas protegidas. Para efeito de comparação, em 2008 o MMA destinou ao SNUC 17,3 milhões mais 3 milhões para pessoal das UCs federais, enquanto a visitação rendeu 18,8 milhões. Além da venda de ingressos, há também arrecadação pelas taxas para realização de atividades recreativas, estacionamento, venda de alimento, venda de mercadorias típicas etc. (MMA, 2009).

Outro fator crucial é a educação ambiental, que se faz indispensável na visita às UCs, porque ajuda a cumprir as suas funções e também constitui um ciclo que se sustenta, ou seja, o visitante recebe educação ambiental para criar consciência ecológica e dentre outras coisas preservar a própria área que está visitando (RAMOS; OLIVEIRA, 2008).

Segundo Neiman (2004), o ser humano nasce ligado emocionalmente a natureza, no entanto, com o tempo surge a dicotomia homem X natureza alimentada pela sociedade. Em seu trabalho, Neiman (2004) defende a idéia de que para esse laço homem-ambiente ser resgatado, ou seja, para que o discurso preservacionista faça efeito sobre as pessoas, nada melhor do que o ecoturismo, visto que a atividade reforça o contato direto com a natureza e o sentimento de pertencimento. As vivências de experiências marcantes em uma visita a uma área protegida podem gerar sentimentos em relação à natureza, que façam as pessoas assimilarem muito mais rápido e de forma mais espontânea o discurso verde que tentamos disseminar na cidade através da simples conscientização.

“Destá forma, o apelo sensitivo e emocional de uma viagem deve ser o mais intenso possível, pois provocará, no indivíduo, a percepção do quanto ele perdeu em termos de experiências pessoais ao se encontrar afastado da natureza. Isso abalará sua convicção sobre a “naturalidade” do mundo culturalmente transformado no qual ele vive, e o quanto ele não o faz plenamente feliz. Está aqui a chave para a verdadeira re-Educação Ambiental.” (NEIMAN, p. 8).

O plano de manejo de uma UC é o “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (BRASIL, 2000, capítulo 1, artigo 2º, parágrafo XVII). Esse documento vai nortear toda a gestão da UC, inclusive no que se refere ao ecoturismo. O que acontece, no entanto é que muitas vezes a visitação é instituída antes do plano de manejo, por ser um documento que envolve pesquisa detalhada da região e alto custo (LEUZINGER, 2010).

O plano de manejo inclui o plano de uso público, define objetivos da UC e zoneamento - divisão da área para diversos fins, como turismo, recreação, proteção, pesquisa dentre outros (LEUZINGER, 2010). É importante o entendimento de que quase todo uso público gera impacto negativo em uma área protegida, visto que uma simples trilha pode gerar desordem ambiental a partir da diminuição de vegetação rasteira, por exemplo etc. (TAKAHASHI, 2004 apud LEUZINGER, 2010). O planejamento vai envolver avaliação da capacidade de carga (nível máximo de uso afetando o mínimo possível o meio ambiente), sustentabilidade das trilhas, avaliação do limite aceitável de câmbio (o quanto uma unidade de conservação pode mudar; requer monitoramento contínuo) e o planejamento de métodos de recreação (envolvendo atividades para os mais diversos tipos de turistas). (LEUZINGER, 2010).

O investimento no ecoturismo também favorece as comunidades locais, uma vez que exalta sua cultura, chama a atenção para a importância da preservação cultural e incentiva a tolerância cultural. Apesar disso, a impossibilidade de uso sustentável de uma área de proteção integral pode afetar a comunidade adjacente. O Parque Nacional da Chapada dos

Veadeiros resolveu a questão proibindo entrada no parque sem guia e proibindo acampamento e, dessa forma, a comunidade local beneficia-se através de pousadas, campings, restaurantes e da capacitação oferecida para realizar a atividade de guia. (LEUZINGER, 2010).

## **PANORAMA DO ECOTURISMO NO BRASIL ATUALMENTE**

O plano nacional de turismo 2013-2016 é um documento que resume a situação do turismo no país e dita a diretriz para seu desenvolvimento nos anos citados. Dentre outras observações, evidencia a crescente participação do turismo no PIB brasileiro, sua tendência de crescimento se deve ao maior investimento no setor e devido à ascensão de classes da população brasileira (em 2012, o turismo representava 3,7% da economia brasileira). O faturamento turístico no país em 2011 era o sexto maior do mundo, com previsão de se tornar o quinto em 2022 (M.TUR). Esse seria um ótimo cenário para crescimento do ecoturismo.

No entanto, em maio de 2014, o Manifesto pelas Unidades de Conservação do Brasil e pelo Turismo Sustentável foi levado ao congresso nacional, assinado por instituições como Fundação SOS Mata Atlântica, Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA) e WWF Brasil, pedindo a valorização das UCs. Eles alegam que o turismo nos parques nacionais poderia gerar 1,8 bilhões de reais por ano, enquanto que em 2012 arrecadaram menos do que 27 milhões. Citam ainda outros países como Estados Unidos, Nova Zelândia e África do Sul, que tem em suas UCS grande aproveitamento. É interessante ressaltar que os cinco parques nacionais da África do Sul recebem 4,3 milhões de turistas ao ano enquanto que, em 2012, o Brasil recebeu 5,3 milhões, sendo um país aproximadamente sete vezes maior que a África do Sul, englobando biomas riquíssimos e diversos e sendo primeiro lugar no ranking do Fórum Econômico Mundial no quesito Belezas Cênicas. (SOS MATA ATLÂNTICA, 2014).

O país possui a quarta maior área de proteção relativa à área total nacional (16,7%), ficando atrás da Alemanha (56,2%), Estados Unidos (27,1%) e Reino Unido (22,3%) de acordo com Medeiros e Young (2011). Isso mostra que o país possui enorme potencial para o ecoturismo, no entanto, a gestão se evidencia ineficiente pela falta de recursos (dentre outros fatores, como ausência de plano de manejo e falta de funcionários). O Ministério do Meio Ambiente (MMA) ocupa a 17ª posição em relação às verbas orçamentárias destinadas pelo governo, o que não faz jus a causa, segundo Medeiros & Young (2011).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ecoturismo objetiva conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade, seja social ou ambiental. Apesar de não estar isento dos impactos negativos gerados, pode contribuir significativamente para a verba das unidades de conservação e formação de uma consciência ecológica de caráter menos instável ou superficial que pode aparecer na mente urbanizada. Além disso, reforça a preservação das áreas protegidas e dá destaque à cultura local, assim, constitui um ramo promissor no mundo de desenvolvimento sustentável que precisamos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATARCE, Ana Paula A. **Evolução das unidades de conservação no contexto nacional.** Anais XVI. Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre. 2010. Disponível em: < file:///C:/Users/Barbara/Downloads/download(160)%20(3).PDF > Acesso:16/05/2015

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Sistema de unidades de conservação (SNUC).** Disponível em: < [http://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/instrucoes\\_normativas/SNUC.pdf](http://www.icmbio.gov.br/sisbio/images/stories/instrucoes_normativas/SNUC.pdf) > Acesso:18/05/2015

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DA BIODIVERSIDADE. **O Instituto.** Disponível em < <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html> > Data de acesso:18/05/2015

LEUZINGER, M. D. **Uso público em unidades de conservação.** Congresso de Direito Ambiental da PUC-RIO, 1, 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: < [http://www.nima.pucRio.br/aprodab/artigos/uso\\_publico\\_em\\_unidades\\_de\\_conservacao\\_marcia\\_leuzinger.pdf](http://www.nima.pucRio.br/aprodab/artigos/uso_publico_em_unidades_de_conservacao_marcia_leuzinger.pdf) > Acesso:20/05/2015

MACIEL, M. A. **Unidades de conservação e direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: histórico e relevância.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2971, 20 ago. 2011. Disponível em: < <http://jus.com.br/artigos/19809> >. Acesso: 16/05/2015

MEDEIROS, R.; YOUNG C. E. F. (Editores). **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final /– Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 120p.** Disponível em < [http://www.mma.gov.br/estruturas/240/arquivos/relatorio\\_final\\_contribuio\\_uc\\_para\\_a\\_economia\\_nacional\\_reduzido\\_240.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/240/arquivos/relatorio_final_contribuio_uc_para_a_economia_nacional_reduzido_240.pdf) > Acesso:19/05/2015

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Cadastro nacional das unidades de conservação: dados consolidados.** Fev.2015 Disponível em < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/dados-consolidados> > Acesso:21/05/2015

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.** Brasília: MMA, 1994. Disponível em: < [http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr\\_proecotur\\_publicacao/140\\_publicacao20082009043710.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur_publicacao/140_publicacao20082009043710.pdf) > Acesso: 15/05/2015

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Pilares para a sustentabilidade financeira das unidades de conservação.** 2ª ed. Série áreas protegidas do Brasil,7. Brasília: MMA, 2009. Disponível em < [http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008\\_dap\\_publicacao/149\\_publicacao16122010113443.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap_publicacao/149_publicacao16122010113443.pdf) > Acesso: 18/05/2015

MINISTÉRIO DO TURISMO (M.TUR). **ECOTURISMO: Orientações básicas,** 2ª ed. Brasília: M.TUR, 2010. Disponível em < [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Ecoturismo\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO.pdf) > Acesso:15/05/2015

MINISTÉRIO DO TURISMO (M.TUR). **Estudos da competitividade do turismo brasileiro: Turismo e a dimensão ambiental.** 2006. Disponível em < [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/TURISMO\\_E\\_A\\_DIMENSxO\\_AMBIENTAL.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_E_A_DIMENSxO_AMBIENTAL.pdf) > Acesso: 15/05/2015

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR). **Plano nacional de turismo 2013-2016**. Disponível em <  
[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/plano\\_nacional\\_2013.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_2013.pdf) > Acesso:21/05/2015

NEIMAN, Zysman. **Ecoturismo em unidades de conservação como estratégia para a educação ambiental**. 2004. Disponível em <  
[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT15/zysman\\_neiman.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT15/zysman_neiman.pdf) >  
Acesso:18/05/2015

RAMOS, L. M. J.; OLIVEIRA, S. de F. **Educação ambiental para o ecoturismo nas unidades de conservação: um nexó ontológico**. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental, [S.l.], v. 20, set. 2013. ISSN 1517-1256. Disponível em: <  
<http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3833/2283> > Acesso: 18/05/2015

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. **Revista Turismo em Análise**, Brasil, v. 4, n. 1, p. 56-68, mai. 1993. ISSN 1984-4867. Disponível em: <  
<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63069> >. Acesso: 16/05/2015

SOS MATA ATLÂNTICA. **Manifesto em defesa das unidades de conservação**. Mai.2014 Disponível em <  
<https://www.sosma.org.br/17656/sosparquesdobrasil-manifesto-em-defesa-das-unidades-de-conservacao/>> Acesso:19/05/2015

TIES - THE INTERNATIONAL ECOTOURISM SOCIETY. **What is ecotourism?**. Disponível em: <  
<https://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism> > Acesso: 22/05/2010.